

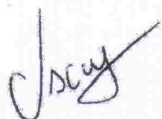
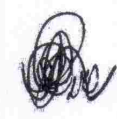
**CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO
PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA**

Oscar César Carlos Candido, brasileiro, casado, empresário, natural de Barbacena/MG, onde nasceu em 16 de junho de 1963, portador da carteira de identidade sob o nº RG M - 4.776.773, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob nº 805.903.656-49, e domiciliado à rua Alagoas nº 475, Letra A, Bairro Santa Efigênia, Barbacena- MG, CEP 36.204-030, **Oscar César Carlos Candido ME**, com sede à Rua Sergipe nº 326 Aptº. 2001 Bairro Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.130-170, inscrito na Junta Comercial em 22/09/2010, sob **NIRE 31110404713 e CNPJ 12.572.501/0001-21**, fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da lei Complementar nº 128/2008, ora transforma seu registro de **EMPRESÁRIO (A)** em **SOCIEDADE EMPRESÁRIA**, uma vez que admitiu a sócia **Ana Carolina Pires**, brasileira, solteira, Estagiária, natural de Belo Horizonte/MG, onde nasceu em 02 de Setembro de 1992, portadora da carteira de identidade sob o nº RG - 16.683.764, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 017.624.616-92, reside e domiciliado à Av. Olímpio Garcia nº 430 Sala 210, Bairro Eldorado, CEP 32.315-140, Contagem - MG, passando a constituir o tipo jurídico **SOCIEDADE LIMITADA** a qual se regerá, doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL**, ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios:

Parágrafo único - A sociedade Limitada assumirá a responsabilidade do ativo e passivo da empresa ora transformada neste ato, observando as determinações legais.

DIRECIONAL GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA ME
C.N.P.J. 12.572.501/0001-21

OSCAR CÉSAR CARLOS CANDIDO, brasileiro, casado, empresário, natural de Barbacena/MG, onde nasceu em 16 de junho de 1963, portador da carteira de Identidade sob o nº M 4.776.773, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 805.903.656-49, reside e domiciliado à rua Alagoas nº 475, Letra A, Bairro Santa Efigênia, Barbacena - MG, CEP 36.204-030 e **ANA CAROLINA PIRES**, brasileira, solteira, Estagiária, natural de Belo Horizonte/MG, onde nasceu em 02 de Setembro de 1992, portadora da carteira de Identidade sob o nº RG - MG-16.683.764, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 017.624.616-92, reside e domicílio à Av. Olímpio Garcia nº430 Sala 210, Bairro Eldorado, CEP 32.315-140, Contagem - MG, únicos sócios da empresa **DIRECIONAL GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ 12.572.501/0001-21**, estabelecida à estabelecida à Rua Sergipe nº 326 Aptº. 2001 Bairro Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.130-17032.31, resolvem de comum acordo, constitui uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – NATUREZA JURÍDICA E DENOMINAÇÃO SOCIAL

A natureza jurídica da sociedade é **EMPRESÁRIA LIMITADA**, girando sob a denominação social de **DIRECIONAL GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA- ME**.

CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO E FILIAIS.

Sede da sociedade, Rua Sergipe nº 326 Aptº. 2001 Bairro Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.130-170, tendo prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único – A sociedade poderá abrir filial quando lhe convier, em qualquer ponto do território nacional, observada as determinações legais

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL

O objeto social continua sendo a prestação de serviços na área de conservação, limpeza, higienização, dedetização, desratização, serviços de combate a pragas, saneção e manutenção de jardins e áreas verdes em prédios públicos, privados e domiciliados em geral, serviços de administração de mão-de-obra temporária, prestação de serviços de mão-de-obra efetiva qualificada e não qualificada, serviços de operacionalização, manutenção e limpeza de veículos, telemarketing, telefonista, tratamento de dados, digitação, transmissão e conferência de dados, supervisão, coordenação, conservação e manutenção de acervos, apoio operacional, administrativo e laboratorial, copa e cozinha, serviços administrativos para terceiros, portaria, ascensorista, motorista, manutenção predial e outros serviços correlatos.


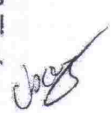
CLÁUSULA QUARTA – CAPITAL SOCIAL

O sócio **OSCAR CÉSAR CARLOS CANDIDO**, possuidor do Capital de R\$10.000,00 (Dez mil reais) , proveniente do acervo da empresa ora transformada, convertido em quotas, transfere neste ato 1.000 (Mil) quotas para sócia **ANA CAROLINA PIRES** já citada no preâmbulo

O Capital Social continua sendo de R\$10.000,00 (Dez mil reais) dividido em 10.000 (Dez mil) quotas no valor unitário de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado neste ato pelos sócios em moeda corrente nacional, na seguinte proporção:

SOCIO	QUOTAS	R\$	R\$
OSCAR CÉSAR CARLOS CANDIDO	9.000	R\$ 1,00	R\$ 9.000,00
ANA CAROLINA PIRES	1.000	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00
TOTAL	10.000	R\$ 1,00	R\$10.000,00

Parágrafo único – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. Aplicam-se à sociedade as disposições do código civil e supletivamente, as disposições das leis das sociedades anônimas Lei 6406/76.



CLÁUSULA QUINTA – ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida exclusivamente pelo sócio **OSCAR CÉSAR CARLOS CANDIDO**, que poderá, isoladamente, assinar quaisquer documentos.

Parágrafo primeiro - o sócio, **OSCAR CÉSAR CARLOS CADINDO**, poderá no limite de seus poderes, constituírem mandatórios da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar e neste caso, tal (is) mandatório(s) poderá (ao) assinar separadamente.

Parágrafo segundo – O administrador não poderá vincular a sociedade a negócios ou operação estranha ao seu objeto social, tais como fianças, avais endossos, ou quaisquer garantias, em seu favor ou de terceiros, exceto quando se tratar de fiança para aluguel de imóveis, desde que aprovados pela maioria dos sócios.

Parágrafo terceiro – É vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos interesses sociais.

CLÁUSULA SEXTA – DOS BENS IMÓVEIS

A compra, alienação ou oneração de bens imóveis pertencentes à sociedade dependerá das assinaturas em conjunto dos sócios ou, ainda, por um procurador, com poderes especiais conferido pelos sócios, conforme o caso, sempre de forma específica, sob pena de nulidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato social poderá ser livremente alterado, bem como a sociedade poderá ser transformada em sociedade de outro tipo, por deliberação dos sócios representando três quartos do capital social, ficando estabelecido que cada quota.

CLÁUSULA OITAVA – DA RETIRADA PRO-LABORE

Os sócios terão direito a uma retirada mensal a ser determinada de acordo com a movimentação da empresa.

CLÁUSULA NONA - DO BALANÇO PATRIMONIAL

É obrigatório, ao término de cada exercício social, elaborar inventário, balanço patrimonial, e balanço de resultado econômico, a serem aprovados pelos sócios em reunião ou em assembléia.

CLÁUSULA DÉCIMA- EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social encerrar-se, em 31 de Dezembro de cada ano, e a reunião será realizada anualmente, até o último dia de Abril do ano subsequente ao



exercício social, ao menos, aprovar as demonstrações financeiras do exercício social anterior.

Parágrafo único - As convocações para reunião, poderão ser dispensadas de formalidades, pelo comparecimento espontâneo dos sócios ou declaração por escrito, aos sócios, da ciência do local, data hora e ordens do dia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES

No fim de cada exercício, será levantado o balanço geral da sociedade, na forma da lei, decidindo os quotistas sobre a aprovação das demonstrações financeiras aqui consideradas: a aprovação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado econômico anual, podendo decidir, ainda, sobre a destinação do resultado do exercício.

Parágrafo Primeiro – Os resultados serão distribuídos entre os sócios quotistas na proporção das cotas possuídas, podendo ser levantados balanços intercalares especificamente para esse fim, salvo se os sócios deliberarem de outra forma.

Parágrafo Segundo – A sociedade não adotará Conselho Fiscal, tendo em vista a faculdade do Artigo 1.066, do Código Civil, e o número de sócios desta sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- ADMISSÃO DE SÓCIOS

A admissão de novos sócios ocorrerá com a anuência dos sócios.

Parágrafo Único – A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa condição, dependendo, para tanto, de deliberação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis, não podendo ser cedidas, transferidas ou a qualquer título alienadas, por quaisquer dos sócios, em prévias e expressa anuência documentada do outro sócio, o qual deverá ser formalmente notificado a respeito da alienação de ceder ou transferir do nome do proponente comprador, dos preços e das demais condições do negócio.

Parágrafo Primeiro - A avaliação das cotas será efetivada por empresa especializada, para esse fim contratada, por indicação dos sócios. O custo da avaliação será de responsabilidade do sócio alienante.

Parágrafo Segundo - O outro sócio terá preferência na aquisição das quotas a serem cedidas, transferidas ou a qualquer título, devendo tal preferência ser expressamente manifestada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação da intenção de ceder, transferir ou alienar aquelas quotas.



Parágrafo terceiro – O valor das quotas da cessão, transferências ou alienação corresponderá ao valor da avaliação e será pago pelo eventual sócio interessado na aquisição das mesmas, nas condições acordadas com o sócio alienante.

Parágrafo Quarto – Se ao término do prazo estipulado no parágrafo primeiro supra, ao sócio não tiver exercido seu direito de transferência, o quotista cedente poderá transferir suas quotas ao terceiro interessado na aquisição das mesmas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - LIQUIDAÇÃO

No caso de insolvência, incapacidade, impedimento, morte ou exclusão de algum dos sócios, a sociedade não se liquidará nem será dissolvida.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo quaisquer dessas hipóteses, a titularidade das quotas ficará sobre a responsabilidade de curador designado, judicialmente, ou ocorrerá a automática e imediata transferência das quotas aos herdeiros e/ou sucessores do quotista falecido, sendo que em caso de exclusão, as quotas poderão ser livremente adquiridas pelo sócio remanescente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, a partir da constatação do evento, apurado o valor patrimonial das quotas de acordo com o último balanço anual levantado, ou balanço especialmente para esse fim, situação em que, não havendo pluralidade de sócios, deverá o sócio remanescente promover a regularização no prazo legal, sob pena de dissolução da sociedade.

Parágrafo segundo – A sociedade somente dissolver-se-á por consenso unânime dos sócios; por deliberação dos sócios, não reconstituída a sociedade no prazo de cento e oitenta dias. Em caso de liquidação, os sócios representantes da maioria da capital social indicarão seu liquidante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS/FORO

Os casos omissos serão resolvidos por comum acordo dos sócios, aplicando-se subsidiariamente a legislação reguladora das sociedades anônimas, conforme disposto no parágrafo único da cláusula quarta.

As partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte, para dirimir quaisquer dúvidas a este contrato, rejeitando a outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DESIMPEDIMENTO

Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por estarem sob os efeitos dela, a pena, que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.



E por estarem, assim justa, contratadas e de comum acordo, com todas as cláusulas e condições aqui estabelecidas, as partes, diante das testemunhas abaixo, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, e encaminhando para registro, a fim de que produza todos os efeitos desejados.

Belo Horizonte, 22 de Dezembro de 2010.

Oscar César Carlos Candido

Oscar César Carlos Candido
CPF – 805.903.656-49

Ana Carolina Pires

Ana Carolina Pires
CPF – 017.624.616-92

TESTEMUNHAS

Eliasafe Martins Campos

Eliasafe Martins Campos
CPF – 635.429.196-91

Vanderson Bernardino

Vanderson Bandeira Bernardino
CPF – 924.405.766-20

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 3120912294-8
EM 04/04/2011
DIRECCIONAL GESTAO DE SERVICOS LTDA MEF

PROTOCOLO: 11/243.200-0

000973374

Secretaria de Estado
SECRETARIA DE ESTADO

JUCEMG